

LOCALISMO E TERRITÓRIO DIANTE DAS DINÂMICAS GLOBAIS

ANTONIO ANGELO MARTINS DA FONSECA¹

Resumo

O advento de iniciativas localistas em municípios de países desenvolvidos e subdesenvolvidos tem permitido a inserção de vertentes de estudos locais na agenda de pesquisa geográfica, como: vertente da globalização, da nacionalização e da localização. Entre estas, a vertente da localização é a que mais valoriza as instituições e o contexto onde as ações localistas se desenvolvem.

Palavras chaves: Globalização, local, território, município e instituição.

Abstract

The advent of locale enterprises in municipal districts in developed and underdeveloped countries has allowed the introduction of variants of local studies into the geographic research agenda, as follows: variant of globalization, nationalization and location. Among them, the location variant is the one that prizes the institutions and the context where locale actions take place.

Key Words: Globalization, local, territory, district and institution.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é o de discutir de que forma a geografia vem analisando as recentes iniciativas locais, denominadas aqui de *localismo*, que estão ocorrendo em variados municípios de países desenvolvidos e subdesenvolvidos e qual o papel do território neste contexto. Esta discussão é pertinente uma vez que valoriza o papel do local e da política, representados aqui pelos municípios e governos locais, no atual debate acadêmico em torno das novas dinâmicas globais.

Na realidade, o município nunca se configurou de forma marcante como um recorte explicativo de pesquisas para grande parte dos geógrafos brasileiros. Tomando como base à interpretação de Castro (1993), este atraso no debate parece ser reflexo, no primeiro momento, de visões generalistas e deterministas que prevaleceram nos enfoques herdados da geografia tradicional, na qual o local era analisado à luz da escala regional e; no segundo momento, da ascensão do determinismo econômico e da totalidade marxista na geografia, que mesmo dando visibilidade ao local, o interpretaram por um *viés* economicista e como sendo um ponto, algo submisso, amorfo e orquestrado simplesmente pela globalização. As conseqüências disso foram o aprisionamento do local e o escamoteamento de fenômenos pertinentes a esta escala como, por exemplo, as iniciativas localistas que vem ocorrendo em muitos municípios no sentido de estimular o exercício da cidadania, o fortalecimento democrático e o desenvolvimento sócio-econômico.

O fato é desde os anos de 1970 vem existindo uma reorientação do papel exercido pelos locais. As primeiras mudanças começaram na Europa e Estados Unidos e, na década de 1980, se expandiram também para os países subdesenvolvidos, inclusive os localizados na América Latina. Na Inglaterra, a reorientação das políticas locais objetivando a promoção econômica começou a ocorrer nos anos de 1970 no contexto das intensas transformações de caráter econômico, social e político que o país estava passando, como: crise econômica, desemprego, reestruturação industrial com o declínio das tradicionais áreas urba-

nas e industriais, o deslocamento da população e do emprego para outras áreas, a ascensão da indústria de alta tecnologia mais flexível e descentralizada, a crise fiscal do Estado e a reestruturação do território (MASSEY, 1994).

Por motivos muito semelhantes, foi ampliado nos Estados Unidos, durante os anos de 1970, o engajamento dos governos locais na promoção do desenvolvimento econômico. Inclusive foi realizado em Orleans, no ano de 1985, um colóquio envolvendo personagens ligadas ao mundo dos negócios, à política e à academia de oito grandes cidades dos sete países desenvolvidos, com o objetivo de discutir os rumos dos governos locais diante das dificuldades econômicas e fiscais dos quais estavam passando. Foi consenso que os governos locais necessitavam ser mais atuantes, empreendedores e inovadores para poder atrair investimentos, aproveitar as oportunidades lançadas pela globalização e gerar condições de renda e emprego para as populações (HARVEY, 1989). Este novo direcionamento ou esta repolitização local pretendeu também superar o tradicional modelo *gerencialista* e executor predominante nos governos locais, no qual estes eram submissos e dependiam totalmente das diretrizes políticas e dos recursos centrais.

É neste novo cenário em transformação que Osborne e Gaebler (1998) sugeriram a *reinvenção do governo* no sentido de melhorar o desempenho no campo da eficiência empresarial, inclusive local, a partir de dez princípios por eles considerados fundamentais: ser mais catalisador ou facilitador para somar recursos públi-

¹ Doutor em Geografia, Prof. do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia / UEFS.

cos e privados no intuito de resolver os seus problemas; delegar responsabilidades ao cidadão ao invés de servi-lo; ser competitivo; menos burocrático; voltado aos objetivos definidos e não às regras e regulamentos; considerar os usuários como clientes; ser empreendedor; descentralizado; preventivo e orientado para o mercado.

Nos países subdesenvolvidos, sobretudo nos latino-americanos, o fortalecimento dos municípios ocorreu principalmente devido ao contexto da redemocratização e da conseqüente política descentralizadora posta em prática em muitos países, como no Brasil, Chile, Venezuela, dentre outros. No Brasil, o processo de descentralização de 1988 concedeu maior autonomia política, administrativa e financeira aos municípios. Com isso, o município passou a se constituir num ente federado, no conjunto da organização política e territorial do Estado, inclusive com capacidade de auto-organização, pois pode criar sua própria Lei Orgânica, escolher seus representantes políticos (prefeitos e vereadores), estabelecer taxação de impostos e, também, decidir e elaborar estratégias visando o desenvolvimento sócio-econômico local.

O fato é que muitos municípios brasileiros vêm assumindo um protagonismo jamais visto, porque passaram a canalizar um crescente número de iniciativas políticas e econômicas inovadoras destinadas a resolver sérios problemas que afetam as coletividades locais – falta de emprego, estagnação econômica, deficiência de saneamento básico, difícil acesso à educação e saúde por parte da população mais pobre, etc. – e que também atingem diretamente o cotidiano e a qualidade de vida dos cidadãos. Quer dizer, um novo cenário localista se impõe no Brasil, em decorrência da crescente institucionalização da política e do desenvolvimento no nível municipal.

As interpretações deste novo cenário localista nos estudos acadêmicos são variadas. Porém, é possível identificar, no contexto da geografia, pelo menos três principais vertentes localistas complementares e

inter-relacionadas. Embora muitas destas vertentes não tratem diretamente dos municípios ou de governos locais, enfatizam processos atuais que os atingem e que expressam a preocupação recente dos geógrafos pelos fenômenos que se manifestam na escala local: 1) a vertente da globalização ou baseada na relação entre o global e o local; 2) a vertente da nacionalização ou baseada nas relações entre o governo central e o governo local; e 3) a vertente da localização ou territorial onde são enfatizadas as relações entre o local, nacional e o global.

A VERTENTE DA GLOBALIZAÇÃO

A vertente da globalização é a mais representativa, e os seus adeptos privilegiam os *macro* processos engendrados pela globalização, sobretudo os ligados aos setores financeiros e tecnológicos, e a forma como estes processos afetam os locais e o cotidiano das pessoas. Abordam que diante de um mundo global, viabilizado pelos avanços da ciência e da tecnologia, as preferências ficam mais homogêneas e o capital torna-se volátil. Com isso, sua circulação amplia-se e atinge quase que de forma instantânea os mais diferentes e distantes locais na incessante busca por maximização dos lucros.

Neste cenário, uma acirrada competição entre os locais é impetrada com o objetivo de atrair capital porque este tende a se deslocar para os lugares que oferecem as melhores vantagens, em termos de tributações, leis, serviços, mão-de-obra qualificada. Quer dizer, neste mundo globalizado e homogêneo as localidades são pontos funcionais dos processos globais e sobrevivem aquelas que ofereçam as melhores vantagens para diminuir os custos de transação e de produção das empresas. Sobre isso, Harvey (1992, p. 246) afirma que:

O livre fluxo de capital na superfície terrestre, por exemplo, põe forte ênfase nas qualidades particulares dos espaços para os quais o capital pode ser atraído. O encolhimento do espaço, que faz diversas comunidades do globo competirem entre si, implica estraté-

gias competitivas localizadas e um sentido ampliado de consciência daquilo que torna o lugar especial e lhe dá vantagem competitiva. Essa espécie de reação confia muito mais na identificação do lugar, na construção e indicação de suas qualidades ímpares num mundo cada vez mais homogêneo, fragmentado.

Uma das derivações internas desta vertente globalizante refere-se, primeiramente, à interpretação do lugar como sendo expressão de singularidade. São contribuições de cunho mais teórico nas quais o local aparece associado ao termo lugar.

O lugar como expressão de singularidade

Com base em Santos (1988, 1994, 1996), a emergência do lugar se insere nas transformações da sociedade engendradas pelo processo de globalização que gerou a formação de um meio técnico, científico e informacional. Diante disso, emergiu também uma universalidade, constatada em fatos concretos como a universalização das trocas, do capital, da mercadoria, dos gostos, do consumo, da alimentação que permitem construir uma geografia geral, onde pequenas frações do espaço mundial podem ser compreendidas à luz do espaço global, como também implica a possibilidade de se trabalhar concretamente as categorias filosóficas – universal, particular e singular.

Esta vinculação entre a concretude das condições universais e as categorias filosóficas acima referidas, ao ser transcrita para o discurso geográfico possibilitaram o reconhecimento do lugar, enquanto expressão geográfica da singularidade. Como tal, o lugar é um sub-espaço, uma funcionalização do mundo. Em outras palavras, é a própria totalidade, com um conteúdo constituído por fixos e fluxos. Enquanto funcionalização do mundo, os lugares são moldados visando beneficiar as firmas e as classes hegemônicas. Aqueles que apresentarem maiores virtualidades técnicas (infra-estrutura, acessibilidade, equipamentos), organizacionais (leis, im-

postos, relações trabalhistas, mão-de-obra qualificada etc.) e naturais - hoje com menor importância relativa dentro do processo produtivo - estão mais aptos a atrair investimentos externos.

Estas vantagens, também expostas anteriormente por Harvey (1992), buscam atrair a produção e também consumidores, fazendo com que se estabeleça uma acirrada competição entre os lugares, onde alguns "ganham" e outros "perdem". Os que "ganham" contêm maior densidade técnico-científica, são funcionalmente especializados, e, por isso, apresentam maiores intensidades de fluxos de entradas e saídas. Os que "perdem", podem entrar em estagnação. Com isso, amplia-se a diferença hierárquica entre os lugares, pois, apesar de estarem unificados por intermédio de múltiplas redes técnicas, nem todos são atingidos com a mesma intensidade pelo processo de globalização (SANTOS, 1994).

Por outro lado, os lugares, ao serem redefinidos por interesses próximos e longínquos, locais e globais, são focos de resistência contra a lógica de acumulação global. Segundo Santos (1994), no lugar ocorre a união dos homens pela diferença e pela cooperação, apesar da existência cotidiana de conflitos. É onde são tecidas relações primárias, identitárias e cotidianas, pois pressupõem proximidade e contigüidade que favorecem o fortalecimento de laços de solidariedade, capazes de gerar resistências contra a ordem determinista global (SANTOS, 1996). Assim, o lugar, o singular, apesar de conter o universal (global) e ser duramente afetado por este, também apresenta suas contingências, engendradas internamente, em virtude do cotidiano, dos hábitos, da tradição e das redes de solidariedade que são estabelecidos entre os agentes. É dessa forma que a lógica de acumulação global pode ser contrariada no lugar.

Apesar da predominância do enfoque econômico e financeiro calçado na internacionalização do capital como explicação para o lugar, os autores desse enfoque também reco-

nhecem o papel dos lugares em virtude do conjunto das densidades técnicas, organizacionais e sociais que concentram, no processo de tomadas de decisões e ações.

O local como base do desenvolvimento econômico

Nesses estudos, desenvolvidos por pesquisadores ligados a *New Urban Politics* como, por exemplo, Kevin Cox, a base de inspiração é o processo de reestruturação capitalista iniciado na Europa e nos Estados Unidos a partir dos anos de 1970. Este cenário de reestruturação, já enfatizado anteriormente, representou uma contradição entre a mobilidade, em forma de capital cada vez mais volátil, e a imobilidade do capital na sua forma fixa (formas espaciais como fábricas, infra-estrutu-

“ Outra estratégia dos empresários para fugir da dependência territorial é a multilocalização do seu processo produtivo... ”

ra física e social). O capital móvel na sua busca incessante por lucro, ameaça dissolver o capital na sua forma fixa, enraizada no território, uma vez que este cria dependências com o local, aumenta os riscos e os custos das empresas (COX, 1998).

Nesse contexto de imposições globais que ameaçam dissolver o enraizamento territorial de variados agentes locais, surgem políticas de desenvolvimento econômico de cunho competitivo. São coalizões de desenvolvimento local, engendradas inclusive pelos empresários, objetivando reerguer a economia para que os negócios voltem à normalidade. Dessas coalizões participam outros agentes que também de-

pendem do território, como os governos locais, jornais locais, os trabalhadores e outros setores da sociedade organizada. O enraizamento ou dependência local ocorre porque no território estão localizadas determinadas relações sociais únicas e fundamentais para a realização de interesses essenciais (COX, 1998).

Os agentes dependem do território por vários motivos. As empresas, por exemplo, realizam muitas vezes investimentos pesados no ambiente construído (capital fixo) e precisam de um certo tempo para que os gastos sejam compensados; as pessoas mantêm laços de parentesco, de amizade, de trabalho e de cooperação enraizados no território, construídos historicamente; os jornais locais dependem da lealdade dos leitores e dos anúncios dos seus patrocinadores num certo território; os governos, além de estarem assentados sobre uma base territorial, têm dependência fiscal local e precisam da arrecadação para cobrir os gastos de financiamento em obras de infra-estrutura realizados para atrair empresas e para honrar os compromissos de campanha perante os seus eleitores (COX; MAIR, 1988).

Outra estratégia dos empresários para fugir da dependência territorial é a multilocalização do seu processo produtivo, com o objetivo de esparramar e diversificar os riscos. Para tanto, os governos locais exercem um papel básico porque são requisitados tanto para financiar as obras de infra-estrutura, como para conceder os mais variados incentivos fiscais. Com essa estratégia, ocorre a diminuição da dependência da empresa para com o território e, conseqüentemente, os custos de transação e de produção. Inclusive a concessão de incentivos fiscais e o financiamento de obras de infra-estrutura são elementos fundamentais nas coalizões visando o desenvolvimento local, em decorrência das poucas opções que sobram para os governos diante da pressão do capital e dos variados agentes que dependem do território.

Esta abordagem tem um lado positivo porque esclarece o papel do território como criador de dependên-

cias para os mais variados agentes sociais por intermédio dos fixos que concentra, da distância em relação a outros lugares, da constituição de relações sociais e dos laços de identidade interna. Contudo, o direcionamento da abordagem induz a pensar que restam poucas chances aos locais perante a primazia do capital globalizante. Isso é um aspecto negativo porque deixaram de considerar que apesar da reestruturação capitalista ter permitido a emergência de processos *desterritorializadores*, aquela se nutre, em muitos aspectos, da territorialidade, em forma de mobilização e sustentação endógena local de recursos e habilidades presentes no território, das quais as empresas dependem para onde quer que se desloquem (STORPER, 1990).

O local como ator político e como base para o empreendedorismo competitivo

Inspirados no advento da Revolução da Ciência e Tecnologia que tomou força a partir da década de 1970 e que subsidiou a globalização da economia, esses estudos investigam as perspectivas locais no cenário global. Ressalta-se que a nova economia global se articula territorialmente por intermédio de *nós*, de cidades mundiais de decisão e intercâmbio, cabeças de uma densa rede hierarquizada de cidades integradas. Esta organização territorial apesar de não ser única, predomina e ameaça diluir os espaços dos lugares marcados pelo cotidiano, redes de amizade, parentesco e pela história.

Neste cenário globalizante o poder do Estado fica debilitado, pois não consegue dar respostas satisfatórias diante das questões externas e internas. Quer dizer, o Estado ficou pequeno demais diante dos fluxos e do funcionamento da economia global, e grande demais para apreender e resolver problemas internos em termos de distribuição de renda e da pluralidade de interesses sociais (BORJA; CASTELLS, 1997; BARQUERO, 1991²). Com base em Taylor (1994), em decorrência do poderio assumido pelas cidades mundiais, o mapa da hierarquia das cidades globais está substituindo o

mapa político no que se refere à estrutura territorial da política mundial. Em virtude desta interpretação de fragilidade do Estado é que tem surgido propostas do tipo *Estado-rede* (CASTELLS, 1998) ou *Estado-inteligente* (BOISIER, 1997).

Porém, nesta perspectiva, o papel do governo local é revigorado e protagonizado porque tende a preencher a lacuna deixada pelo Estado, inclusive adotando políticas estratégicas competitivas baseadas na imagem positiva do local em relação a outros locais. Essas estratégias competitivas não são mais fundamentadas na redução dos custos para as empresas, como apregoava a abordagem anterior, mas calcada no incremento da produtividade, que se baseia em três fatores: a) conectividade, que diz respeito a infra-estrutura tecnológica que permite a conexão das cidades com os demais circuitos de comunicação, telecomunicação e informação nas variadas escalas geográficas; b) inovação, que está relacionada à capacidade dos recursos humanos na obtenção e processamento de informações estratégicas; e c) flexibilidade institucional, calcada na capacidade da gestão em negociar acordos e articular estratégias mais amplas (BORJA; CASTELLS, 1997).

Além destas estratégias *para fora*, outras são formuladas *para dentro*, para a sociedade local, tais como a descentralização administrativa, a participação cidadã nas decisões locais, uma mentalidade empresarial dos líderes que passam a ser também promotores e empreendedores, uma máquina administrativa ágil e um maior pragmatismo político (BORJA; CASTELLS, 1997). Os locais passam então a ser consideradas como atores políticos, uma vez que agregam não só o governo local, mas também os variados atores da sociedade em termos de articulação para a tomada de decisões.

Mesmo não sendo uma proposta de reinvenção do governo ao estilo Osborne e Gaebler (1998), os autores Borja e Castells (1997) sugeriram uma reforma política administrativa dos governos locais, na qual deve estar presente, por exemplo, um governo metropolitano e a descentralização das grandes cidades, aumento das finanças para os governos locais, gestão empresarial, internacionalização dos governos locais, dentre outros.

É possível acrescentar nesta abordagem, apesar de certas diferenças, as políticas estratégicas que foram adotadas em muitos países, inclusive europeus, no contexto da unificação. Foram desenvolvidas estratégias competitivas agressivas baseadas na *city marketing*, onde os lugares competiam como se fossem empresas ou *quase empresas*, como prefere chamar Boisier (1996), para atrair investimentos e tecnologias, como também para sediar eventos e organismos internacionais, obter apoio político e financeiro e conseguir melhor inserção no contexto internacional (BORJA; FORN, 1996).

As estratégias baseadas no *marketing* local abrangem quatro atividades básicas voltadas para a promoção econômica local: elaboração correta das atrações e dos serviços da comunidade; estabelecer incentivos para os compradores ou usuários dos seus bens e serviços; fornecer produtos locais de maneira eficiente e acessível; e promover os valores e a imagem do local. Estas atividades devem ser coordenadas com os variados atores locais e em parceria com o setor público e privado (KOTLER, et al., 1994).

Muitas das estratégias competitivas de desenvolvimento local, discutidas anteriormente, são praticadas no Brasil. São políticas que envolvem conjuntamente princípios de *city marketing*, parcerias público-privada local e intermunicipal, empreen-

² Os trabalhos de BARQUERO (1991, 1993) se encaixam, em alguns aspectos, dentro desta perspectiva do local como ator político. Contudo, o autor se utiliza mais de princípios da Escola de Regulação. De uma forma ou de outra, seus trabalhos estão inseridos na visão globalista. BARQUERO, A. V. Desarrollo local y acumulacion flexible: enseñanzas teoricas de la historia y la política. Estudios Territoriales, Madrid, n. 35, p. 135-151, 1991; BARQUERO, A. V. Desarrollo local y reestructuración productiva en las regiones periféricas. In: _____. LEDO, A. P.; BARQUERO, A. V. Desarrollo local y comarcalización. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1993. p. 13-35.

dedorismo e promoção local, visando o desenvolvimento econômico, e refletem o papel de ator político e de indutor de desenvolvimento econômico assumido pelo município. A ascensão destas estratégias no Brasil começou a ocorrer principalmente com o advento da descentralização a partir de 1988, sendo desenvolvidas em vários municípios brasileiros, tanto por governos locais ligados ao PT (como em Santos e Porto Alegre entre 1993-96), quanto como governos do PMDB (Fortaleza e Recife) e do PFL (Salvador, Ilhéus, etc).

As estratégias petistas nos municípios citados acima tiveram algumas especificidades, como por exemplo, a participação popular nas decisões locais e menor teor competitivo (NETO; ARAUJO, 1998; MOURA, 1997); as estratégias dos governos de Fortaleza e Recife foram mais agressivas, competitivas e não contaram com a participação da sociedade (NETO; ARAUJO, 1998). Desta mesma forma ocorreu e vem ocorrendo em alguns municípios baianos nos quais o que mais se destaca é a parceria entre o governo estadual e o local na captação de recursos e investimentos.

Além destas, Pacheco (1992) destacou o *empreendedorismo* praticado pelos municípios que compõem a grande região do ABC Paulista. Neste caso, ocorreu a parceria entre o setor público-privado e também entre os municípios do ABC e os variados segmentos sociais locais com o objetivo de identificar os problemas e formular propostas de desenvolvimento sócio-econômico. Mas seja como for, são ações promocionais e competitivas que refletem o papel do local no contexto da globalização.

As contribuições concernentes à abordagem globalizante são inegáveis porque têm permitido ampliar a compreensão em torno dos novos processos engendrados pela economia mundial e, conseqüentemente, as relações estabelecidas entre o global e o local. Os novos papéis assumidos pelos locais e as suas diversas estratégias políticas objetivando a melhor inserção no contexto competitivo atual são bastante destaca-

das pelos adeptos da visão globalizante. Contudo, algumas inconsistências também são encontradas nesta abordagem, em decorrência principalmente da visão generalista, empresarialista e economicista que muitas vezes prevalecem.

Em primeiro lugar, ressalta-se a visão de uma economia global, aberta e homogênea que está embutida na referida abordagem, o que induz a pensar no predomínio total dos mercados competitivos e na crise do Estado. De fato, a competitividade estabelecida hoje em dia entre os variados mercados, apesar de não ser nenhuma novidade no contexto da evolução do capitalismo, é clara e mais acirrada em decorrência das novidades tecnológicas e da velocidade da informação (ARRIGHI, 1996). Mas isso não significa dizer que há total abertura, porque a globalização tem restrições e controles estabelecidos por intermédio de instituições que definem as suas regras de funcionamento, entre as quais está o Estado que, ao contrário das idéias propagadas por liberais e marxistas, está longe de ser esgotado³. Inclusive tem desempenhado importante papel de regulação na economia internacional através de integrações econômicas entre países, de criação de mercado comum e de zonas de livre comércio.

Esta persistência e importância do Estado estão relacionadas exatamente ao fato de ter uma organização centralizada territorialmente que lhe concede autonomia (MANN, 1992). Ao deixar de considerar isso, liberais e marxistas acabam realizando uma análise reducionista e economicista das dimensões políticas e institucionais do Estado que, conseqüentemente, induz a pensar numa homogeneidade territorial, na crise do Estado e na abertura total dos mercados.

Com base em Klink (2001), a economia internacional está hoje mais fechada que antes quanto ao fluxo de capital, de mobilidade e integra-

ção de mercados de trabalho. As dificuldades de acesso de imigrantes nos Estados Unidos e em países europeus como a Espanha, são exemplos das restrições institucionais do Estado para preservação dos campos de trabalho para a população local. Inclusive os gastos públicos relacionados à concessão de subsídios e transferências voltados à área social continuam fortes, assemelhando-se ao tradicional *estado do bem-estar* dos países desenvolvidos. Além disso, o referido autor destaca que as empresas transnacionais estão mais voltadas aos seus mercados internos e, com exceção dos países emergentes, a globalização não permitiu maior integração entre os outros em via de desenvolvimento. Isso significa dizer que a globalização tem afetado principalmente os países desenvolvidos.

O segundo aspecto da abordagem globalista passível de críticas é o da analogia que tem sido estabelecida entre empresa e administração estatal por intermédio das mudanças do modelo gerencial para o empreendedor, presente principalmente nas idéias de *city marketing*. De certa forma, isso é conseqüência direta do apego demasiado ao economicismo e ao empresarialismo, que acabam gerando sérias falhas de interpretação quanto ao papel do Estado e do território.

Na realidade, o Estado é autônomo exatamente por ser organizado territorialmente, o que lhe dá uma centralidade que se materializa na sua presença por todos os recantos do seu domínio territorial, através de normas e leis válidas para todos os habitantes. O controle do território é geral, contínuo e legítimo. Por outro lado, o funcionamento das empresas ocorre em forma de redes, de forma descontínua no território e são voltadas para a competitividade. Além disso, não têm o controle sobre um território no sentido de definir e executar leis e normas sobre uma população e nem têm interesse neste con-

³ Ao inserir a globalização numa perspectiva mais ampla, ou seja, como a intensificação das relações sociais em escala mundial, GIDDENS (1991) destaca que aquela é constituída por quatro dimensões que interferem na sua dinâmica: o sistema de Estado-Nação, a economia capitalista mundial, a ordem militar e a divisão internacional do trabalho. GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

“... o território acaba ficando vulgarizado e fragilizado porque passa a ser tratado como se fosse um produto de consumo...”

trole. Só o Estado tem a legitimidade para exercer as funções de coerção e força de forma centralizada territorialmente. Portanto, se a empresa funciona através de *nós*, localizados em pontos *descontínuos* e articulados através de redes, o mesmo não pode ser dito do Estado que se organiza sobre um plano, um *contínuo* territorial no qual exerce centralidade.

Portanto, as diferenças entre empresa e Estado são claras e o território é uma das grandes fontes desta diferenciação. Contudo, o território acaba ficando vulgarizado e fragilizado porque passa a ser tratado como se fosse um produto de consumo, uma mercadoria geradora de competitividade.

Finalmente, cabe acrescentar que diante da abordagem globalizante a relação entre o global e o local é sempre unidirecional, na qual este último é funcional, submisso, executor e legitimador dos processos globais. De fato, as abordagens globalizantes ao enfatizar o poder homogeneizador e competitivo da economia atual, tendem a interpretar os atuais protagonismos de muitos municípios e cidades como um *localismo globalmente orquestrado*, de “cima para baixo”.

São inegáveis os impactos provocados pela maior mobilidade do capital e da informação para os mais diversos lugares do mundo. Contudo, o grau de generalização e de determinação adotado por esta abordagem infelizmente não considera um aspecto fundamental na relação entre o global e o local que é o da intermediação do Estado enquanto

um dos reguladores da economia internacional. Como tal, o Estado assume um papel de intermediário, de filtro, entre o externo e o interno e, como isso, muitas das decisões e processos globais podem não atingir os locais com total intensidade porque sofrem constrangimentos e limitações institucionais impostas pelo Estado e pela própria realidade local.

Em decorrência disso é que nem todas as ações que vêm sendo desenvolvidas pelos municípios podem ser interpretadas como sendo definidas pelos ditames da globalização. No Brasil, por exemplo, o maior protagonismo municipal está relacionado, no primeiro momento, mais com a reabertura democrática e com a descentralização – que lhe concedeu maior autonomia – do que com a economia global diretamente. Por outro lado, muitas das estratégias dos municípios não têm teor competitivo e calcado no empreendedorismo, mais sim em estratégias de desenvolvimento econômico visando à geração de emprego e renda, o fortalecimento da democracia e da cidadania, como são os casos dos municípios de Icapuí (CE) (RN), Ronda Alta (RS) e São José do Triunfo (PR), que foram citados por Caccia-Bava (1994).

Em Icapuí, pequeno município com aproximadamente 14 mil habitantes em 1992, a administração do PT visando gerar maior renda para os pescadores e fortalecer a principal atividade econômica do município – a pesca da lagosta –, estava construindo um fábrica de gelo no sentido de melhor agilizar as negociações entre pescadores e donos de frigoríficos. Antes, a lagosta não podia ser estocada porque não tinha gelo no local e, por isso, ficava sem condições de negociar preços melhores para o produto; em Ronda Alta, por outro lado, as ações da prefeitura petista se concentram no apoio aos pequenos produtores rurais, através de técnicos agrícolas e de mecanismos de financiamentos para a comercialização dos produtos.

Finalmente, em São José do Triunfo, a administração petista, em parceria com as comunidades de pequenos produtores rurais, permi-

tiu a implantação de várias inovações. Destaca-se o apoio do governo local para a correção do solo do município, através da compra e venda do calcário diretamente das minas, com o preço 25% menor que no mercado; compra de insumos de produção; eletrificação rural com menor custo; venda de sementes e viveiros de mudas Caccia-Bava (1994). São exemplos localizados de dinamização da economia local e de pequena expressão nacional, contudo o impacto municipal é muito grande e pode gerar significativas mudanças políticas e econômicas para os locais.

O que ocorre também com a abordagem globalizante é que o foco de análise normalmente é a cidade mundial, *nós* de redes globais, que de fato são as que mais vem desempenhando esta política agressiva de competitividade. Porém, muitas cidades menores também praticam política de desenvolvimento econômico e nem todas são de caráter competitivo e empreendedor nos moldes expostos acima.

A VERTENTE DA NACIONALIZAÇÃO

A vertente da nacionalização, mais localizada, surgiu no final dos anos de 1970 e abordavam mais a realidade dos países europeus, inclusive da Inglaterra, tomando como base às relações entre o governo central e o governo local, nas quais o segundo era interpretado à luz do funcionamento do primeiro, ou seja, do âmbito nacional. As contribuições partiam de teóricos de inspiração marxista que consideravam o governo local como Estado local, não por este ser forte, autônomo e com ampla liberdade de decisão, mas por fazer parte do Estado capitalista e por desempenhar importante papel de legitimação e de consumo.

Na realidade, o governo local era uma entidade de execução das diretrizes nacionais, especialmente nos Estados centralizados – daí o nome de vertente da nacionalização – e somente com capacidade de *auto-administração*, uma vez que não lhe era permitido nenhum poder de decisão e, conseqüentemente, de *auto-governo*, pois o poder central deci-

“... não era de responsabilidade local a implantação de políticas voltadas para a geração de emprego e promoção econômica...”

dia em seu lugar (BRUGUÉ; GOMA, 1998). Ou seja, era uma entidade “despolitizada”, porém cumpria importante papel no contexto do Estado capitalista.

Nesta vertente é possível identificar algumas variações internas que, posterior às contribuições em torno do Estado local, foram se configurando no contexto das políticas neoliberais implementadas na Inglaterra pelo governo de Margaret Thatcher. São contribuições que enfocam a *governance local* e *cidadania ativa*.

O Estado local

Para os adeptos destes estudos, nos quais se destacam Cockburn e Saunders, a partir da pós Segunda Guerra começou a se desenvolver na Europa um padrão nítido de divisão política entre os Estados centrais e os poderes locais. Nesta divisão, os primeiros regulavam a esfera da produção, enquanto os entes locais tendiam a orientar sua ação para as políticas sociais – inclusive em torno dos serviços públicos, tais como saúde, habitação, ensino – e para regulação, por intermédio de estratégias de zoneamento e planejamento urbano. Ou seja, não era de responsabilidade local a implantação de políticas voltadas para a geração de emprego e promoção econômica.

Mesmo diante desta divisão interna e da submissão local aos ditames nacionais, se defendia que o governo local deveria ser interpretado numa perspectiva mais ampla, ou seja, como Estado local. Este se caracterizava, sobretudo pela função de reprodução social a favor do capital, por intermédio da reprodução

da força de trabalho e da dominação de classe. Dessa forma, constituía-se num aparato do Estado capitalista e ao executar as diretrizes centrais, permitia a eficácia administrativa e a legitimação.

Esta interpretação que estava mais presente na obra de Cockburn foi relativizada por Saunders, principalmente no que se refere à dominação de classe. Para este autor realmente havia uma política de classe voltada para a acumulação de capital concentrada no poder central, enquanto que o Estado local era responsável pelo consumo coletivo e pela legitimação. Entre as duas esferas sempre havia conflitos exatamente pelo fato da existência dessa divisão: de um lado acumulação que era de responsabilidade do poder central; do outro, a legitimação e a provisão do consumo coletivo de responsabilidade local (TAYLOR, 1985).

Para Boddy (1983), estas interpretações foram ultrapassadas com os acontecimentos envolvendo a crise econômica e a ascensão ao poder dos conservadores na Inglaterra. Além disso, o referido autor destaca o caráter generalista e de “cima para baixo”, presentes no interior da abordagem do Estado local, responsável pela simplificação de relações complexas, na qual o local era analisado à luz do funcionamento nacional. Para tanto, as referidas interpretações careciam de dar maior atenção ao específico, à autonomia, às políticas locais propriamente dita e às análises comparativas nacionais e internacionais, no sentido de apreender outras funções locais, como a produção. Além disso, duas outras limitações desta abordagem merecem ser destacadas: a primeira limitação é levantada por Fincher (1987) ao alertar que pelo fato desse tema ser abordado de diversas maneiras e com falta de precisão quanto ao significado do que realmente vem a ser um Estado local, dificultava a sua compreensão como um corpo de pensamento sólido.

A segunda limitação é destacada por Taylor (1985), que mesmo preferindo adotar a abordagem do Estado local, reconhece a sua ambigüidade, porque ao mesmo tempo em

que o Estado local faz parte do Estado central, muitas vezes não aceita o cumprimento de determinadas diretrizes impostas de cima e então é desencadeado um conflito entre as duas esferas de poder. Neste sentido, há uma complexidade de relações embutidas nas relações local/nacional que não devem ser reduzidas a uma simples relação generalista e unilateral, de “cima para baixo”.

Neste artigo, será utilizado o termo governo local ao invés de Estado local, por entender que nesta escala, em termos de Brasil, há autonomia e não soberania, que é uma prerrogativa pertencente exclusivamente à escala do Estado. Neste país, se o local é *normalizado* pelo fato de estar inserido na estrutura territorial do Estado, ele também *normaliza*, uma vez que tem capacidade de autogoverno. Sendo assim, tanto é uma instituição de *ação como de decisão*, não só voltadas à acumulação de capital, mas também ao fortalecimento democrático e ao exercício da cidadania. E neste contexto, o papel do território se impõe porque sendo um dos elementos que compõem a base constitutiva da instituição municipal, interfere nas estratégias locais, sendo moldado e também moldando as decisões e ações políticas por intermédio de seus conteúdos organizacionais, técnicos e naturais. Ou seja, não existe município sem território e, caso venha a acontecer isso, estará em situação irregular.

Governance local e cidadania ativa

Os estudos que abordam estas temáticas contêm um teor crítico e enfocam principalmente os efeitos locais das políticas de cunho neoliberal postas em prática na Inglaterra nos últimos 20 anos através de Margaret Thatcher, onde o *governo local* foi substituído por *governance local* e foi estimulada a política de *cidadania ativa*, baseada num civismo individualista. Como foi dito antes, o governo local tinha um papel de executor, contudo desenvolveu um papel de autoadministração que atendia aos anseios sociais das diversas localidades.

Com base em Peck (1995), este redirecionamento político e ideoló-

“... ao negligenciar as especificidades locais, as decisões políticas centrais deixaram de considerar que o território é um espaço definido por relações institucionais...”

gico do governo Thatcher baseado no individualismo, na privatização, permitiu que a elite empresarial assumisse o papel de vanguarda local e o de principal ator de transformação. Eram homens de negócio, empresários agressivos e voluntariosos que foram recrutados pelo governo central para a recuperação econômica das cidades. As redes empresariais, as agências e conselhos de desenvolvimento foram os meios institucionais utilizados no empreendedorismo e no governo de negócios, hegemônicos nas cidades, e onde um *localismo nacional orquestrado* foi imposto. No contexto desse localismo de base econômica, neoliberal e conservador, as regras do jogo envolvendo o controle do território, as políticas locais e os gastos públicos, eram definidos principalmente pelo Estado que se manteve forte.

Os resultados destas políticas não foram satisfatórios uma vez que os resultados foram desiguais por toda a Inglaterra. Isso ocorreu exatamente porque o papel do território foi negligenciado pelo poder central, uma vez que foi uma política única, de *cima para baixo*, sob realidades territoriais locais muito distintas entre si (ADE, 1995). Isso é um fato crucial para ser ressaltado porque ao negligenciar as especificidades locais, as decisões políticas centrais deixaram de considerar que o território é um espaço definido por relações institucionais que são construídas historicamente através do

processo de socialização. Neste sentido, tem suas regras que devem ser consideradas para o bom desempenho das decisões e ações políticas.

A VERTENTE DA LOCALIZAÇÃO

A última vertente destacada é da *localização*. As contribuições presentes nesta vertente, ao contrário do que possa parecer, não estão relacionadas a uma visão fechada e parvoquial das localidades. Na realidade, a denominação localista (ou da *localização*) adotada aqui tem apenas o intuito de diferenciá-la das abordagens anteriores que priorizaram explicações globais e nacionais, respectivamente, das dinâmicas locais. Sem deixar de considerar os referidos condicionantes, a vertente da *localização* ressalta o papel desempenhado pelo território na escala local para o melhor desempenho governamental em termos econômicos e sociais no contexto do mundo globalizado. Os seus adeptos destacam que as condições específicas e endógenas do território condicionam, de certa forma, o processo de reestruturação capitalista.

Os primeiros trabalhos que deram origem a esta vertente surgiram no final dos anos de 1980, tomando como ponto de partida as cidades que emergiram de forma atuante no contexto competitivo internacional por intermédio de seus recursos endógenos (BENKO; LIPIETZ, 1994). Estas cidades, localizadas entre as tradicionais regiões industriais e as regiões pobres da Itália, tinham uma base econômica organizada em forma de *distritos industriais* e se caracterizavam por concentrar pequenas e médias empresas que estabeleciam uma mistura de competição e cooperação.

Por outro lado, estes distritos, considerados como entidades sócio-territoriais, continham também um sistema de convenções sociais construídos historicamente, e um corpo de instituições e de regras que propagavam os mesmos valores para todos os recantos de distrito, capazes de condicionar os principais aspectos da vida local. Estes aspectos, aliados a outros relacionados à

capacitação da mão-de-obra e à inovação tecnológica, faziam desses distritos, locais de alta competitividade e produtividade (BECATTINI, 1994).

Estes estudos foram reforçados por intermédio de geógrafos californianos, tais como Michael Storper, que mesmo partindo de uma base de análise diferente, ressaltou, como já foi visto antes, o papel fundamental desempenhado pelo território no contexto da globalização, através de suas condições específicas locais em termos de técnicas, instituições e habilidades.

Ao contrário dos que advogam o predomínio da desterritorialização (atividades que são menos dependentes de recursos e interdependências específicas locais), o referido autor chama a atenção que a globalização é sustentada, em muitos aspectos, por intermédio da territorialização. Segundo Storper (1990, p. 15), uma atividade é considerada como tal, quando:

Sua efetivação econômica depende da *localização* (dependência local) e quando tal *localização* é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fáceis e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm.

Estes fatores territoriais são causa da concentração e da especialização de muitas empresas nos dias atuais. São fatores enraizados, relacionados aos costumes, à história local, às técnicas e às instituições, e as empresas localizam-se nestes territórios porque dependem dele para diminuir os custos de transação e as incertezas perante a competição (STORPER, 1994a).

As incertezas são diminuídas também por intermédio de *convenções*, que são regras, rotinas de ação entre parceiros, consentidas por todos para diferentes tipos de relações. Ou seja, tanto as convenções, como os costumes, a história local, as técnicas e as organizações são efeitos da territorialização. Com isso, os atores, firmas e governos dependem do território porque este se constitui um

marco para tomada de decisões (STORPER, 1994b). Portanto, nestes *territórios organizados* (BOISIER, 1997) ou *milieux innovateurs* (MAILLAT, 1996), expostos acima, os custos de transação são menores porque os atores compartilham dos mesmos códigos culturais, convenções e sistema jurídico, inclusive da proximidade que existe entre eles.

O reconhecimento da persistência do local diante do mundo globalizado e da possibilidade de construção de redes locais de solidariedade social fazendo com que os valores e normas internas sejam preservados, fazem com que esta vertente se diferencie bastante da abordagem da globalização. Quer dizer, a vertente localista é mais otimista quanto ao futuro reservado às localidades, até porque a nova dinâmica econômica atual se alimenta destas especificidades territoriais. E neste sentido, em termos da geografia brasileira, destacam-se as contribuições de Machado (1995), Castro (1996) e Fonseca (2003).

A primeira autora advoga sobre as atuais possibilidades abertas para os municípios diante dos processos de reestruturação econômica, política e territorial, uma vez que esta tem permitido o esboço de uma nova geopolítica, em que o local é inserido na rede internacional. Além disso, como os municípios contêm formas mais democráticas de representação, novos modelos de gestão do território baseados em maior capacidade política de articulação e cooperação, de inovação e criatividade, são mais exequíveis no seu interior.

Partindo de outra perspectiva, em torno das disfunções históricas do federalismo brasileiro, Castro (1996) aponta para o fortalecimento do município após a Constituição Brasileira porque, dentre outros aspectos, nesta escala pode ocorrer maior organização da sociedade civil e, conseqüentemente, ampliação do controle sobre o governo local. Quer dizer, mesmo considerando que as bases tradicionais do federalismo ainda permanecem fortes na cena política brasileira, o retorno ao local pode contribuir para a configuração de arranjo federativo mais democrático e distributivo.

Este artigo segue nesta direção otimista, até porque muitos exemplos de iniciativas municipais estão sendo cada vez mais presentes no Brasil, sobretudo após a experiência descentralizadora, iniciada em 1988 com a Promulgação da Constituição. Neste sentido, a contribuição de Fonseca (2003) sobre as *estratégias institucionais* que estão ocorrendo nos municípios baianos de Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista a partir de 1997 é fundamental. O referido estudo demonstra, a partir de uma abordagem institucionalista, que apesar da permanência de problemas na gestão local dos municípios, ações *localistas* estão sendo cada dia mais presentes e se expressam através da institucionalização da política municipal e da adoção de *estratégias institucionais*, que correspondem:

Ao conjunto de decisões e ações visando o fortalecimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população, muitas vezes por intermédio de parcerias e cooperações envolvendo atores próximos e longínquos, públicos e privados (FONSECA, 2003, p. 2).

Dentre os avanços identificados devido às estratégias institucionais, sobretudo em Ilhéus e Vitória da Conquista, destacam-se os seguintes: ampliação do papel pró-ativo de captação de recursos externos, maior controle das contas públicas, ampliação das receitas próprias, maior qualificação profissional, maior qualificação dos secretários, atualização de muitos recursos organizacionais (por exemplo: Cadastro Imobiliário, Código Tributário, Plano estratégico, Plano Diretor), implantação de recursos informatizacionais (por exemplo: informatização do controle do orçamento, da folha de pagamento e de setores da tesouraria e da contabilidade, informatização de banco de dados relacionados à saúde e a educação) e desenvolvimento pró-ativo de inovações na gestão do território que buscam o fortalecimento sócio-econômico e tecnológico dos municípios.

⁴ O sentido de ambiência interpretado nesta pesquisa se baseia em MAFFESOLI (1997), que o considera como tendo uma eficácia, que é a geração de um corpo coletivo e de um ethos. MAFFESOLI, M. A transfiguração do político: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Editora Sulinas, 1997.

“... o município não é uma planície isotrópica, homogênea e somente referencial de cifras e índices...”

No contexto destas estratégias institucionais, os recursos organizacionais e técnicos do território exercem um peso fundamental, porque contribuem na maior agilidade, flexibilidade e rapidez nas decisões e nas ações locais e, conseqüentemente, diminuiu os custos de negociação política e econômica do governo local. Portanto, apesar do município brasileiro ser um ente funcional dentro da estrutura territorial do Estado Brasileiro, não é uma instância amorfa, sem vida e sempre submissa às determinações advindas do governo central. O município é um território institucionalizado e, como tal, não é um suporte, com a função de acolher atividades e ações de forma passiva. Também não é uma planície isotrópica, homogênea e somente referencial de cifras e índices que escondem as suas paisagens, suas ações e decisões. Além de continente, o município é construção humana, é conteúdo, e no interior dos sofisticados quadros estatísticos, dos diagramas e dos esquemas de funcionamento das transações monetárias nacionais e globais pulsa o território municipal, uma das bases geográficas de geração de *ambiências*⁴ e palco de ações localistas no contexto de dinâmicas globais.

CONCLUSÃO

Como foi possível perceber neste artigo, diversas ações de caráter localistas vem sendo desenvolvidas em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, diante de um cenário atual também marcado por dinâmicas glo-

bais. E apesar disso, nem sempre é possível identificar nas relações globais e locais vinculações diretas de determinações econômicas do primeiro em relação ao segundo. O que significa dizer que nem sempre as estratégias institucionais que vêm ocorrendo em muitos municípios do Brasil e de outros países podem ser interpretados simplesmente como sendo um localismo orquestrado pelo global e pelo nacional. Muitas vezes são estratégias que priorizam mais a abertura de canais de negociações entre o governo e a sociedade, o fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento sócio-econômico, a partir das potencialidades endógenas do território, fruto da existência de redes locais de solidariedade social construídas historicamente durante o processo de institucionalização dos municípios.

Portanto, longe de deixar de considerar a força das dinâmicas globais e também longe de negar as diversas relações existentes entre os aspectos econômicos, políticos, sociais e territoriais envolvendo as diversas escalas geográficas, é necessário também considerar os contextos territoriais onde as instituições municipais se desenvolvem, porque muitas vezes as maiores respostas estão no próprio local e não somente no global.

Referências

- ADE, K. Active citizenship and governance local: political and geographical dimension. *Political Geography*, London, n. 2, v. 14, p. 155-175, 1995.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- BARQUERO, A. V. Desarrollo local y acumulación flexible: enseñanzas teóricas de la historia y la política. *Estudios Territoriales*, Madrid, n. 35, p. 135-151, 1991.
- _____. Desarrollo local y reestructuración productiva en las regiones periféricas. In: _____. LEDO, A. P.; BARQUERO, A. V. *Desarrollo local y comarcalización*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 1993. p. 13-35.
- BECATTINI, G. O distrito marshalliano. In: _____. *As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta Editora, 1994. p. 19-31.
- BENKO, G.; LIPIETZ, A (Orgs.). O novo debate regional. In: _____. *As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta Editora, 1994. p. 3-15.
- BODDY, M. Central-local government relations: theory and practice. *Political Geography*, London, v. 2, n. 2, p. 119-138, 1983.
- BOISIER, S. *Modernidad y territorio*. Santiago de Chile: ILPES, 1997 (Cadernos del ILPES, 42).
- BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la globalización*. Madrid: Grupo Santillana de Ediciones, 1997.
- _____; FORN, M. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. *Espaço & Debates*, São Paulo, n. 39, v. 16, p. 32-47, 1996.
- BRUGUÉ, Q; GOMA, R. Gobierno local: de la nacionalización al localismo y de la gerencialización a la repolitización. In: _____. *Gobiernos locales y políticas públicas: bienestar social, promoción económica y territorio*. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 1998. p. 15-23.
- BRUNET, R. Découverte du territoire. In: *Le territoire: dans les turbulences*. Montpellier: GIP Reclus, 1990. p. 15-28.
- CACCIA-BAVA, S. Trocando a riqueza de mãos: distribuição de renda e poder nas pequenas cidades. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, FASE, n. 54, p. 12-16, 1994.
- CASTELLS, E. Hacia el Estado red? In: *SEMINARIO SOBRE SOCIEDAD Y REFORMA DEL ESTADO*. São Paulo: 1998.
- CASTRO, I. E. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M. A. et al. (Orgs.). *Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993. p. 56-65.
- _____. Solidariedade territorial e apresentação. Novas questões para o pacto federativo nacional. *Território*, Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, n. 2, v. 1, p. 33-42, jan./jun., 1996.
- _____. Ilhas de tecnologia no nordeste brasileiro e a reinvenção da natureza. *Território*, Rio de Janeiro, LAGET/UFRJ, n. 9, v. 5, p. 45-63, jul./dez., 2000.
- COX, K. R.; MAIR, A. Locality and community in the politics of local economic development. *Annals of the Association of American Geographer*, n. 78, v. 2, p. 307-325, 1988.
- COX, K. R. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale: looking for local politics. *Political Geography*, London, n. 1, v. 17, p. 1-23, 1998.
- FINCHER, R. Space, class and political processes: the social relations of the local state. *Progress in Human Geography*, v. 11, n. 4, p. 496-515, set, 1987.
- FONSECA, A. A. M. *Poder, crise regional e novas estratégias de desenvolvimento: o caso de Jacobina/Bahia*. Salvador, 1995. 206 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia.
- _____. A emergência do lugar no contexto da globalização. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, UNIFACS, v. 3, n. 5, p. 96-103, dez., 2001.
- _____. *Descentralização e estratégias institucionais dos municípios para a captação de recursos: um estudo comparativo entre Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista/Bahia – 1997-2003*. Rio de Janeiro, 2003. 315 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.
- HARVEY, D. From managerialism to entrepreneurialism: the transformations in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler*, Estocolmo, n. 71, p. 3-17, 1989.
- _____. HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- KLINK, J. J. *A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- KOTLER, P. et al. *Marketing público*. São Paulo: Makron Books, 1994.
- MACHADO, L. O. Sociedade urbana, inovação tecnológica e a nova Geopolítica. *LAGET*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 5, p. 20-30, 1995.
- MAFFESOLI, M. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Editora Sulinas, 1997.
- MAILLAT, D. Systèmes territoriaux de production et milieux innovateurs. In: OCDE, *Réseaux d'entreprises et développement local*. Paris: OCDE, 1996. p. 75-90.
- MANN, M. O poder autônomo do Estado: suas origens, mecanismos e resultados. In: HALL, J. (Org.). *Os Estados na história*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 163-204.

- MASSEY, D. The political of locality studies. In: _____. *Space, place and gender*. Minneapolis: University Press, 1994, p. 125-145.
- MOURA, M. S. S. *Cidades empreendedoras, cidades democráticas e redes públicas: tendências à renovação na gestão local*. Salvador, 1997. 470 f. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia.
- NETO, L. G.; ARAUJO, T. B. Poder local, governos municipais e políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil. In: _____. SOARES, J. A.; CACCIA-BAVA, S. (Org.). *Os desafios da gestão municipal democrática*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 9-60.
- NORTH, D. *Instituciones, cambio institucional y desempeño económico*. México: Fondo de Cultura Económica, S.A, 1993.
- OSBORNE, D.; GAEBLER, T. *Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. 10. ed. Brasília: MH Comunicação, 1998.
- PACHECO, R. S. Iniciativa econômica local: a experiência do ABC. In: LO-DOVIC, E. S.; BERNAREGGI, G. R. (Org.). *Parceria público-privado: cooperação financeira e organizacional entre o setor privado e a administrações públicas locais*. São Paulo: Simmus, 1992. p. 221-236.
- PECK, J. Moving and shaking: bussines elites, state localism and urban privatism. *Progress in Human Geography*, v. 1, n. 19, p. 16-46, 1995.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: fundação Getúlio Vargas, 1996.
- SACK, R. D. *Human Territoriality – Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. O retorno do território. SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A; SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ ANPUR, 1994. p. 15-20.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- STORPER, M. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In: VALLADARES, L; PRETECEILLE, E. (Org.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990. p. 120-147.
- _____. Territorialização numa economia global. Possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, L. et al. (Org.). *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994a. p. 13-26.
- _____. Desenvolvimento territorial na economia global do aprendizado: o desafio dos países em desenvolvimento. In: RIBEIRO, L. C. Q; JUNIOR, O. A. S. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras em crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994b. p. 23-64.
- TAYLOR, P. *Political Geography: World-Economy, Nation-State and Locality*. London: Longman, 1985.

CEDRE – CENTRO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O CEDRE realiza estudos e pesquisas, elabora projetos e presta consultoria nas áreas de:

- ECONOMIA REGIONAL E URBANA – Análises regionais para programas de desenvolvimento – Avaliações e acompanhamento de programas de fomento – Estudos de viabilidade econômica – Estudos setoriais de oportunidades de investimento – Estudos de localização industrial – Projetos de implantação e ampliação de empresas – Diagnósticos municipais – Planejamento espacial e econômico nos planos macro e microeconômicos – Planos diretores de desenvolvimento urbano – análises urbanas).
- TURISMO E MEIO AMBIENTE – Planejamento turístico macro e microeconômico – Estudos de viabilidade econômica de empreendimentos turísticos – Projetos turísticos – Estudos de impactos ambientais (Rima).

Sendo uma instituição universitária o CEDRE não tem finalidades lucrativas e opera em termos bastante acessíveis para as prefeituras municipais e as pequenas e médias empresas.

Tel.: (71) 3273-8528

E-mail: cedre@unifacs.br